

MARRAKESH – GAC: Atualização sobre o PDP sobre os procedimentos subsequentes WT5 - WHOIS e políticas de proteção de dados

Quarta-feira, 26 de junho de 2019 – 08h30 às 10h15 WET

ICANN65 | Marrakesh, Marrocos

OLGA CAVALLI:

Bom dia a todos, temos apenas meia hora, então temos que tentar fazer bom uso de nosso tempo. Estou muito feliz por ter comigo minha querida colega e amiga Annebeth Lange, da Noruega, e os outros colegas do ALAC e da GNSO.

Eu compartilhei ontem com vocês um link do PowerPoint. É um longo PowerPoint. Gostaríamos de nos concentrar mais na última parte do PowerPoint, que, em minha opinião, é a parte da qual menos falamos, e talvez seja mais interessante para o GAC. Vou passar rapidamente por alguns slides que resumem o que foi revisado e de alguma forma não recebeu muitos comentários contra os quais são as recomendações até 11 eu acho. E então nos concentraremos nas questões restantes que ainda temos que revisar sobre o processo, e talvez Annebeth possa me ajudar aqui. O que temos feito nas últimas chamadas é rever os comentários que são resumidos pelos colegas e pela equipe, recebemos muitos comentários com ideias e opiniões diversas. Como você sabe, existem diferentes opiniões sobre os mesmos problemas, e

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

os funcionários e colegas, tentamos resumi-los e tentamos verificar com você se algo está faltando ou se algo deve ser mudado nesse estágio. Precisamos saber que com algumas questões é difícil encontrar um consenso, podemos não encontrá-lo, mas pelo menos temos o guia do candidato de 2012 como referência, e veremos se podemos refinar essas regras para a próxima rodada e ter algumas resultados que poderiam beneficiar o processo.

Então eu posso mudar aqui, certo? Então, vou tentar me concentrar. Este é o resumo das recomendações que estamos revisando, esses dois slides, o número de recomendações relacionadas a algumas listas que não podemos solicitar como TLDs na primeira rodada e de alguma forma capturados nesta nova revisão, e as recomendações que você pode verificá-los e os documentos na linha de trabalho 5 e não há nenhuma mudança para essas recomendações, em geral, mantendo as mesmas restrições que eram antes. Por favor, Annebeth, corrija-me se estiver faltando alguma coisa a qualquer momento.

Então, aqueles em verde foram analisados em chamadas e na lista de e-mail e até agora não temos nenhuma alteração do texto que compartilhamos com você no documento geral. Então, o que eu gostaria de revisar com vocês são os problemas em aberto. Uma das questões em aberto de alto interesse para o GAC são os

termos conhecidos do AGB. O que isso significa para a faixa de trabalho 5, os termos não incluídos nas listas que não puderam ser solicitadas como TLDs na primeira rodada, como é o caso de vários nomes geográficos, rios, montanhas, nomes importantes para as comunidades, e isso algo que estivemos discutindo por um tempo e há diferentes pontos de vista que eu quero mostrar para você e também temos algumas conversas sobre traduções desses termos, se tivermos que usar qual idioma, alguma língua, a língua oficial, há países que não tem uma língua oficial, como lidar com a tradução desses termos. Algum comentário, Annebeth? Não? Você quer dizer alguma coisa?

ANNEBETH LANGE:

Eu acho que você cobriu, o que sobrou aqui, os assuntos em aberto, a área mais contenciosa, acho que fizemos um ótimo trabalho para superar as coisas que temos e, se não conseguimos encontrar uma solução melhor, O AGB provavelmente ficará de pé, na tradução aqui o que nós tivemos no AGB eram todas as línguas, e o que estamos discutindo em conexão com as traduções é que muito e difícil no processo ou devemos reduzi-lo à linguagem oficial o mais comum linguagem e a linguagem da ONU e encontrar um procedimento mais objetivo e curativo, importante para ouvir a opinião do GAC sobre isso.

OLGA CAVALLI: Obrigado, Annebeth. Outro conceito interessante é o uso pretendido, se alguém solicitar um TLD se o uso pretendido estiver relacionado ao significado geográfico ou não, porque algumas palavras que são geográficas às vezes também são nomes genéricos ou nomes de marcas ou têm um significado diferente, não necessariamente geográfico. Portanto, o uso pretendido é um conceito a ter em mente, que pode variar conforme a solicitação do TLD e também proteções preventivas, se a proteção deve ser feita antes do TLD solicitado. Por exemplo, colocando os pontos juntos na mesa e tentando entrar em contato para encontrar uma solução ou depois de um processo de objeção ou ambos. Desculpe, esse slide é muito brilhante, então você tem que acenar para mim.

KAVOUSS ARASTEH: Muito obrigado, vejo-te muito bem, sim. Como de costume, encantador, este é o primeiro elogio da manhã. Olga e Annebeth, quando você vem para a linguagem, a linguagem é a mais sensível para cada país e nação. Eu não acho que as pessoas devam reduzir isso dessa forma ou daquela maneira, não somos o orador de toda a nação do país, o povo daquele país. Linguagem é a comunicação, e nós temos os famosos termos direito de comunicar, então não devemos falar como redutores, porque a última coisa que ouvi dizer que eu estava no telefone,

se você se lembra, uma proposta de Jorge que fazemos estatísticas de todas as línguas e depois pedimos ao país em questão que decida. Não podemos decidir por nenhum país. Mesmo o representante do país pode ser difícil dizer que escolho esta ou aquela linguagem. Acho que devemos adotar uma abordagem mais prática, se não tivermos nada, não devemos decidir.

A única coisa que eu discordo do muito ilustre Jorge é que o painel consultivo decide, ainda assim, acho que é difícil, qualquer painel decide que língua esse país ou pessoas usariam, então devemos tomar os direitos das pessoas ou pessoas do país para falar sobre a linguagem que eles querem e assim por diante, assim por diante, essa é a escolha, então isso é apenas um ponto que eu gostaria de fazer, me desculpe no início da introdução, eu entrei em uma questão muito delicada, e estou lidando com isso em outras organizações fora da ICANN, o quão sensível.

OLGA CAVALLI: Obrigado, Kavouss, concordo que é uma questão delicada e quero agradecer-lhe por estar nas ligações, bem como pelo seu ponto de vista e também pelo Jorge. Sobre as questões em aberto, irei às questões em aberto, algumas propostas e alguns comentários a favor e contra. Por favor, saiba que estas são notas de alto nível. O documento, você pode revisá-lo, é bem detalhado, mas isso é apenas uma sessão de meia hora. Uma

proposta é desenvolver a ferramenta on-line de busca pesquisável para potenciais candidatos, relatórios de vários respondentes e alguns acham que a capacidade de automatizar e potencial custo para fazer tal ferramenta online. Outra proposta dos membros do GAC, na segunda-feira, foi solicitado que revisássemos essa ideia com o GAC. Outra ideia de que os membros do GAC poderiam ajudar os solicitantes a identificar quais governos e / ou autoridades públicas seriam aplicáveis quando a carta for exigida. Algo que acontece é que os governos, nós não somos monolíticos, temos diferentes ministérios, agências e, por vezes, quando a carta vem de um candidato, não está necessariamente indo para a autoridade certa. Então, a ideia seria que o GAC poderia ser o link para ajudar nisso, e a pergunta agora é para o GAC e talvez com Manal possamos analisar isso na próxima vez, semanas, se o GAC estiver disposto a assumir esse papel ou não. Esta é uma pergunta que surgiu na sessão de segunda-feira e acho que é bom levantá-la aqui. Não precisamos ter uma resposta, você pode comentar, mas podemos pensar sobre isso se valer a pena que o GAC ajude os candidatos a identificar qual é a autoridade correta para enviar a carta. Portanto, há apoio e outros não acreditam que as cartas sejam necessárias.

Outra proposta, se a carta necessária, fornecer serviços de mediação para ajudar se o candidato discordar da resposta do governo da autoridade pública. A carta enviada, recebida, a resposta não boa, alguma mediação sobre essa resposta, há algum apoio, qualificada com apoio com preocupações sobre custo e quem serviria como mediador. Preocupa-se que a mediação não é obrigatória e não aumenta necessariamente a disposição para negociar e alguma divergência, acreditando que o governo ou autoridade pública deve ter a final. Antes de ir para as outras propostas, comentários, reações? Apenas 20 minutos restantes e temos outras coisas para mostrar a vocês.

KAVOUSS ARASTEH:

Obrigado. Eu acho que a mediação deveria ter o seu lugar, mas algumas comunicações, em qualquer caso, elas teriam um ponto focal formal, e essa é a autoridade para coletar as informações e se comunicar e assim por diante, mas qualquer mediação na etapa base, é apenas um conselho, não obrigado, a palavra final permanece com o governo e eu não acho que desta vez vamos para a minoria, a maioria, porque aqui estão os direitos dos governos, eu não acho que alguém poderia dizer isso um indivíduo ou partido. Não, somos a maioria, o governo não deve dar a votação final, então, quem vai dar isso? Uma questão importante, por isso também sensível com essa questão, a

votação final deve ser com o governo e, eu não sei se você se dirigiu com a resposta, acho que com Marrakech precisamos de respostas, não algo que todos os governos concordam, obrigado.

OLGA CAVALLI: Obrigado. Annebeth, algo para adicionar ao slide?

ANNEBETH LANGE: Eu acho que você teve um ponto vital. Pedimos aos comentadores que apresentassem boas ideias, novas coisas que eles achavam que poderiam melhorar o processo e o AGB, e é isso que estamos discutindo, e o problema é que temos uma proposta e devemos nos aprofundar em algumas delas, não. Todos são igualmente importantes, mas é importante que você decida qual dessas propostas vale a pena aprofundar na linha de trabalho 5.

OLGA CAVALLI: Eu não vejo outras reações, então vamos seguir em frente. Nós não temos muito tempo. Proposta 5, onde é exigida uma carta de um governo ou autoridade pública relevante, estabelecer o prazo para resposta. Se nenhuma resposta for tomada como não-objeção, há apoio, suporte qualificado daqueles preocupados com a precisão das informações, contato com a parte, prazo para

resposta, de alguma forma relacionada com as recomendações anteriores, comentários, reações?

Proposta 26 e 34; 26 é aumentar a conscientização e aumentar o conhecimento entre os candidatos em potencial. A outra proposta é fornecer um painel consultivo, talvez um painel de nomes geográficos que os solicitantes possam contatar para ajudar a identificar se uma string está relacionada a um termo geográfico. O painel pode ajudar os candidatos a identificar quais governos ou autoridades públicas seriam aplicáveis. Existe algum apoio a esta proposta. A ideia desta proposta, de fundo, é que em vez de saber quem é o país relacionado com o governo, qual agência ou ministério do governo, o painel poderia ser um ponto de contato para os candidatos verificarem a quem o candidato deve ter um cheque ou contato ou enviar uma carta, então essa é a ideia deste painel consultivo.

O apoio qualificado daqueles que acreditam que esta proposta introduz questões legais em termos de definição de responsabilidade torna-se uma questão relevante e difícil. Mas essa possibilidade de ter um painel foi revisada. Outra questão que foi comentada na segunda-feira foi que algumas preocupações de sigilo que alguns candidatos podem ter. Alguns podem querer sigilo sobre suas ideias ou projetos, compreensível; então, se eles forem a um painel, podem

prejudicar seu projeto, como lidar com isso? Alguém possui sugestões à essa ideia do painel?

KAVOUSS ARASTEH:

Eu acho que o papel do painel consultivo deve ser como facilitador, só isso. Para entrar em contato com o governo, facilitar discussões, mas não decidir em nome disso, porque para o painel consultivo, seria difícil levar esse tipo de representação o conhecimento pleno do país muito difícil, mas nenhum problema ter facilitando a questão que ajudaria. Outra questão, a questão mais importante, o painel não deve ter autoridade para agir em nome do meu governo, mas o facilitador é bom para facilitar as discussões, obrigado.

JORGE CANCIO:

Obrigado, Olga, e desculpe por ter ficado um pouco atrasado. No relatório preliminar há bastante informação sobre este painel, já que a denominação do painel já diz seu conselho, então o objetivo é coletar o máximo de informação possível e ser uma ajuda para os candidatos. E por ser uma ajuda para os candidatos, também é uma ajuda para as autoridades relevantes porque reduz, digamos, os custos de tradução na operação de saber uma tradução de um nome de país ou de um nome de cidade do Capitólio ou o que for. Portanto, a proposta é

realmente ajudar todos os atores envolvidos e é um lugar onde as informações relevantes sobre geo-nomes estão concentradas e, é claro, confidencial é algo que temos discutido por muitas vezes e natural e o que eles prospectivamente solicitariam.

OLGA CAVALLI:

Annebeth, você quer comentar? Vamos continuar. E a proposta 36: É semelhante a uma das outras propostas, preocupações sobre os encargos dos membros do GAC, reações? Isso é bem parecido com o anterior. Então, vamos para os termos não-AGB, temos dez minutos. Visões de desvio expressas sobre se termos adicionais devem ser protegidos. O guia tinha algumas proteções, havia cerca de 5.000 strings que não podiam ser solicitadas, então a ideia é que, se essa regra for definida, com mais restrições ou não, isso é parte da discussão.

Número de respostas em apoio ao aumento do número de termos protegidos no manual do candidato, bem como o número de respostas que se opõem a essa ideia. Em apoio à proteção de tipos adicionais de termos, grupos de pessoas que se identificam com um local têm o direito de estar à mesa, não se limitando aos termos do AGB de 2012, às comunidades, países, regiões envolvidas com essa corda, de alguma forma estar na mesa com o candidato. Esta é uma das ideias sugeridas. Esses direitos são particularmente importantes para culturas e povos minoritários

e grupos indígenas associados a um lugar específico, esse é um lado das opiniões, vamos ver o outro.

Deixe-me ver. Reações, comentários. Como você pode ver, este é um resumo de alto nível de todos os comentários e insumos que tivemos em nosso relatório. Como você pode ver, existem visões divergentes que são diferentes. Estamos discutindo há muito tempo no GAC. Comentários, reações? Annebeth, você quer acrescentar algo ao que eu disse?

ANNEBETH LANGE:

Este é um dos tópicos mais difíceis que discutimos. Entendemos que as pessoas no mundo têm sentimentos e se identificam com lugares e cultura e tudo. Mas do outro lado, o que eles se opõem é que é impossível quando você não tem uma lista, porque a previsibilidade também é uma parte importante do processo. Enviando um aplicativo para um nome, uma coisa são os rios e montanhas mais conhecidos, mas há muitos lugares em todo o mundo que ninguém sabe o que é. E podem ser nomes genéricos, marcas e seus termos geográficos. E também termos geográficos que podem ser vários lugares até o mundo, o mesmo nome. Então, essas são perguntas realmente difíceis de encontrar uma solução que forneça previsibilidade e também cuide dos sentimentos nacionais, questões de identificação, questões de soberania. Sabemos que a WIPO tentou, durante anos e anos,

encontrar alguma forma de proteger nomes geográficos, mas até agora o mundo não concordou em fazer isso. Então, se pudermos encontrar uma solução para isso, seria ótimo. Mas é difícil, então precisamos da sua entrada aqui.

KAVOUSS ARASTEH:

Com relação ao aumento dos nomes, as condições que você mencionou que, se há necessidade de aumentar, esta é uma condição, estamos procurando algum tipo de armazenamento dos nomes que você pode não precisar dele para o nos próximos 20 anos, esta geração decide isso, então devemos ver até que ponto esses nomes adicionais são necessários, número um. E número dois, acho que precisamos consultar as pessoas, o nome pertence a elas de uma forma ou de outra em alguns casos os nomes são suas identidades, sua cultura, etc., e assim por diante até que ponto precisamos da aumentar, absolutamente a necessidade mínima por alguns anos, e assim por diante, segundo, você tem que ter a carta de satisfação, você não pode decidir pelo grupo ou por áreas remotas, use seu nome sem saber o que estamos usando, isso é algo que nós temos que ter. Mas no final da reunião, um ponto que gostaria de fazer; por favor, permita-me fazer isso com respeito a todas essas coisas.

OLGA CAVALLI: Ok, Kavouss, vou dar-lhe a última palavra. Vários apoios, proposta 2, deixem-me verificar algumas outras propostas. Não teremos tempo de falar sobre as traduções, vou ver se temos reações das propostas do nosso público. Acho que chegamos a hora. Annebeth, você quer adicionar alguma coisa?

ANNEBETH LANGE: Não, nós não temos tempo para passar pelas traduções, mas Kavouss disse algo sobre isso, nós deveríamos mantê-los, ontem, é o quão longe chegamos desta vez.

KAVOUSS ARASTEH: O ponto que eu queria levantar é o modo como você reflete os resultados deste exercício. Eu mencionei no bate-papo e também no telefone e na conversa que a equipe, ou você, a gerência, deve ter muito cuidado com a maneira como você reflete os resultados.

Há números não identificáveis ou incontáveis, você poderia dizer, alguma maioria, esmagadora maioria, minoria, pequena minoria, melhor evitar essas coisas. Algumas pessoas dizem isso ou aquilo, porque pode ser interpretado que os outros têm a maioria ou vice-versa, alguns a favor e outros contra, deixar assim, caso contrário, se você fala de maioria, maioria esmagadora, minoria esmagadora seria difícil. Por favor, considere, isso é muito

importante resultados que você coloca a atenção das pessoas no final do exercício e, em seguida, apenas tendo a palavra, Olga, muito obrigado, você coloca um monte de esforços, devoção, atividade e tempo precioso e sabemos quão difíceis são os nomes geográficos. Por isso, agradecemos muito do fundo do coração e encorajamos você a continuar até obter alguns resultados, obrigado.

OLGA CAVALLI:

Ok. Obrigado, Kavouss, e obrigado a você e Jorge, sempre em nossas ligações e no referenciamento do trabalho. Venha para as chamadas, participe, deixe-nos saber o que você pensa. Estamos refinando isso. Não é uma tarefa fácil, mas fazemos o nosso melhor.

MANAL ISMAIL:

Obrigado, Olga e todos por participarem. Por favor, permaneçam sentados, e continuaremos com a discussão da política de proteção de dados e WHOIS. Obrigada.

WHOIS and Data Protection Policy

CATHRIN BAUER-BULST: Bom dia a todos, bem-vindos a essa sessão de política de proteção de dados, vamos fazer uma atualização. Vamos ver a agenda do dia, fazer uma atualização de onde estamos. Quanto à elaboração da política e também acesso aos dados e registro, como exemplo de modelo, também vamos ouvir uma apresentação de um dos grupos que elaborou o modelo técnico, de como poderia ser concedido o acesso aos dados a um grupo que está pensando numa implementação técnica da política, isso é o item 2 da agenda, e depois, brevemente, vamos apresentar as contribuições que o GAC quer oferecer para o processo EPDP especialmente quanto ao grupo de usuários e objetivos, e também faremos uma consideração sobre as recomendações do GAC. Isso a partir de setembro do ano passado, sobre possibilidades que o GAC teria de oferecer informações e opiniões. Isso sobre a nova política sendo desenvolvida, e depois teremos os próximos passos para o GAC.

NÃO IDENTIFICADO: Então, vamos para a atualização do estado de situação. Há uma revisão da atualização, temos um detalhe, isso no briefing, mas no outro nível, há três elementos. Depois, a adoção pelo board da recomendação de políticas da GNSO sobre a primeira etapa do EPDP, processo expedito, lembramos que havia especificação

temporária sobre dados de registro, que foi substituída por uma política provisória de dados de registro pra gTLDs, e essa política provisória, enquanto que a fase 1 do EPDP está sendo implementada inteiramente, temos uma equipe de revisão que vai definir os termos exatos com que essas recomendações serão implementadas, e haverá uma data de prazo efetiva, 29 de fevereiro de 2020, sendo discutida ainda para a implementação, nos próximos meses também vamos tentar chegar a uma política final de registro de dados, e depois teremos atualizações subsequentes a partir desse processo de implementação. No Communiqué de Barcelona, o GAC destacou preocupações sobre o impacto que as atuais políticas poderiam ter sobre as forças da lei. Essa política não está mudando o cenário do setor policial, então, essas preocupações ainda continuam, ou a outra ação, é importante o anúncio de que o grupo de pesquisa técnica tenha completado seu trabalho quanto à criação do modelo técnico final, e a organização, a ICANN indicou que esse modelo está sendo utilizado como parte das ações de engajamento com a Comissão Europeia e o board de proteção de dados da Europa. Há um diálogo em andamento para determinar se o modelo de acesso unificado poderia servir para reduzir a viabilidade e confiabilidade para as partes contratadas, essa possibilidade de modelo de acesso unificado para o qual o GAC contribuiu no ano passado.

O terceiro elemento do trabalho em andamento é a elaboração de políticas, estágio 2 do EPDP, e a equipe do EPDP tem reiniciado esse trabalho, a etapa 2, com novo presidente, que foi também presidente do GAC, anteriormente, e a representação do GAC na equipe EPDP tem evoluído com o Chris Louis Evans do Reino Unido, Olga Cavalli agora como suplente. Estão aqui na tela todos os membros.

CATHRIN BAUER-BULST: Então, só queríamos dar alguma informação sobre o cronograma, fase 2 do EPDP, todos vocês deveriam conhecer isso porque tem a ver com as recomendações do GAC em Quebec, e que vai ser concluído em Montreal em novembro. Nesse momento, como está planejado, espera-se ter um rascunho pronto para a ICANN66, e também temos o processo de comentário público, que leva bastante tempo. Não sei quanta flexibilidade temos a respeito dos tempos para o período de comentário público, mas supondo que tudo dê certo, a finalização da fase 2 seria ao redor de Abril ou maio. Eu acho que, pelo menos da perspectiva do GAC, estamos satisfeitos com o progresso. Estamos avançando em alguns aspectos lentamente, mas sabemos que há um progresso incremental.

ASHLEY HEINEMAN: Então, hoje, temos pessoas que vão nos falar sobre o modelo de acesso sobre qual está se trabalhando, mas a intenção é dar uma ideia de como pode ser realizado esse modelo de acesso, agora temos Mike e Brian da OMP.

BRIAN BECKHAM: Depois vou passar a palavra a Michael, porque ele e sua equipe foram os que desenvolveram esse modelo, que tem a ver com acesso potencial ao sistema do WHOIS. Para falar da OMP, que é a Organização Mundial de Propriedade Intelectual, a quem represento, muitos de vocês devem saber que é uma organização intergovernamental, que tem duas funções, em primeiro lugar, o que fazemos é dar serviço vinculado com propriedade intelectual, e do outro, estabelecemos normas, um dos serviços que damos tem a ver com a resolução de controversas a respeito de marcas registradas, nomes de domínio, e outros dos serviços que talvez vocês conheçam é um portal centralizado para registro das marcas, vocês sabem que a OMP, antes da formação da ICANN, estava analisando os nomes de domínio, e conflitos que podiam haver com marcas comerciais, com a ISO-99, combinamos com sistema de resolução que tinham a ver com as normas que regiam a resolução de conflitos em nível territorial, nacional, e o que tinha a ver com a internet, onde falamos de todo o mundo. Agora, falamos de uma enorme quantidade de casos

que se resolvem a partir desse método. Parte de nossos processos que são processos legais são reclamações sobre os que infringem uso de uma marca, mas muitas vezes não sabemos quem infringe e em qual jurisdição. Temos necessidade de acessar os dados através do WHOIS, e para poder ajudar nesses processos legais. Tanto como fornecedor de serviços para direito de propriedade intelectual, de gerar marcas em todo mundo, antes de surgir o GDPR, tivemos consultas para poder ajudar no que se refere a ICANN para ver quais as condições de diferentes entidades, e no nosso caso, vemos do ponto de vista dos direitos, sabemos que há diferentes entidades como autoridade de aplicação da lei, que precisam da informação, e em que medida podemos ajudar com essas conversas que tinham a ver com os direitos de propriedade intelectual do sentido rigoroso, para validar a existência de questões de direitos intelectuais, e ter uma só entrada para tudo quanto podia ser resolução ou guia sobre como ter esse âmbito de acesso. Passo para Michael Palange.

MICHAEL PALANGE:

Acho que uma das coisas importantes para começar tem a ver com trabalho que representamos hoje, não começou como modelo de acesso unificado, mas grande parte do que falamos hoje tem a ver com a união postal universal, e o que significa com o nome de alto domínio .post. Faz muito tempo que estou

trabalhando com isto. O tema de que .POST seja o ponto de início com a tecnologia subjacente, é porque é um registratário verificado de TLD, conforme a norma C68 sobre gestão de identidade postal, foi promulgada a união postal universal, e houve diferentes iniciativas de identidade digital sendo identificadas, algumas são de identificar o DNS como ancora para resolução dos conflitos. Essa é a gênese do que propomos para solucionar um problema que vimos que emergia na comunidade da ICANN depois da fase 1 do EPDP.

Uma das coisas que depois de nos reunirmos com a OMP fizemos, foi discutir quais os elementos de um processo bem-sucedido que queremos conseguir. A OMP está analisando ver como solucionar uma dessas peças do quebra-cabeça, e devemos reconhecer que um nível fundamental, precisamos reconhecer diferentes leis, não só GDPR mas os países que adotam uma perspectiva mais rigorosa de localização geográfica. Isso tem a ver com o âmbito no qual trabalhamos com UPU, e a quantidade de membros, que são 192. Nesse aspecto que analisamos desde o início, há vários interesses legítimos. Muitos dos outros sistemas se concentram na propriedade intelectual, obviamente trabalhamos em relação com a OMP há muitos anos, mas temos que reconhecer quando falamos dos membros de SSAC, Steve Crocker e outras pessoas da comunidade da lei de aplicação de

Cybersegurança, é necessário que haja acesso. Isso não foi pensado, é um dos motivos pelos quais um dos aspectos que vão ver na nossa proposta é o uso de identificadores com pseudônimos para poder identificar tendências, esse é outro aspecto importante, desenvolvemos as tecnologias com base em normas abertas e tecnologias provadas para minimizar potenciais mudanças no sistema, e pensamos que pode ser aplicado não apenas nos gTLDs, mas também que os ccTLDs possam participar. O último ponto, focamos e abordamos tudo isso para promover inovação e competência. Mencionei a ideia de utilizar o DNS como ancoragem de confiança, e pensamos que todos nessa sala tenham participação no sucesso da ICANN para que o DNS continue sendo seguro e estável.

O que queremos conseguir é ter usos adicionais sobre como o DNS pode promover tecnologias emergentes. Do ponto de vista holístico, a verificação dos solicitantes obviamente resulta em crítica, e o que nós fazemos, em lugar de ter um só fornecedor de credenciais, estamos tentando usar um mercado onde tenhamos fornecedores com identificação digital, públicos e privados. Uma das coisas é o IRIS, que promove identificação de digitalização dentro da União Europeia, isso pode ser a ancoragem para vermos onde temos esses tokens ou credenciais para sabermos de onde é que começaram. Pensamos que devem haver duas ou

três áreas nas quais propomos melhoras em nosso quadro, um, colocar processo de resolução de disputas. O que prevemos é um mecanismo no qual os titulares dos direitos vão poder recorrer se acharem que houve acesso não adequado aos seus dados, ou um acesso no alcance. Temos que confiar nessas normas e assim estamos falando do escudo de privacidade que deu os Estados Unidos como primeiro componente. Também estamos falando em impor requisitos financeiros vinculantes para os solicitantes. Nem todos são iguais, alguns que estão, vão analisar dados muito maiores, e outros, algumas centenas.

Outra coisa que estamos a analisar, para diminuir a responsabilidade potencial é como dar-se uma política para toda a indústria, e dar notificações quando um dos requerentes excede esse nível de autoridade. Também pensamos ou queremos que exista uma abordagem chamada Light Touch. Falamos com Steve Crocker, e ele propõe uma matriz onde nossa abordagem pode ser um pouco diferente, mas análoga, e chamamos de motor de normas de processo devido, porque a pessoa contratada individual pode cumprir com a legislação local. Esses motores estão com o fornecedor de dados, quem fornecem os dados a respeito dos titulares de direitos, e pensamos que a descentralização é uma abordagem sólida que permite o cumprimento, não só com GDPR, mas também com as

leis de localização de dados. Uma das coisas que quero apontar aqui é que quando iniciamos uma sessão, quando fazemos um log, é importante entender porque estamos pensando no fornecimento dos dados, vai haver um registro mantido localmente e centralmente, para garantir que se cumpra políticas de consentimento, e normas nacionais.

Uma das coisas que quero analisar agora é quais dos elementos tentamos incorporar dentro do desenho. Isto realmente foi uma iniciativa por design, baseada na privacidade, como eu disse, existe um registro dos requerentes utilizando credenciais federadas com partes contratadas através das diferentes entradas que podem haver, se pode ser um pedido para um ou mais domínios. Existe o requisito de utilizar certificação legal e base jurídica para solicitações realizadas. Isso também fica registrado centralmente e localmente, para que haja uma revisão por cumprimento. Uma das coisas mencionadas é como abordamos o tema dos dados pseudonimizados. Quando temos proprietário, precisamos de um ou dois subgrupos de nome de domínio para ver se há infrator. Os pesquisadores de cibersegurança e de diferentes equipes têm diferentes abordagens, uns veem grupo grande de dados, nem sempre com acesso a esse IP, mas tem que ter acesso a diferentes tendências, e foi o que fizemos. Quando veem aqui, é uma interface com o

software, depois, se vocês quiserem, na apresentação, há um link, vocês podem ver tudo que é o código operacional, o software está aberto para todos verem, mas no exemplo, mostramos o que faz um investigador de cyberssegurança. Vocês veem que no círculo colocamos um identificador pseudonimizado e outra informação de PI foi riscada.

Entretanto, esse pode ser um exemplo de um advogado de propriedade intelectual que tem as credenciais adequadas para falar do uso legítimo, e eles poderão obter esses dados nesse exemplo. Vai haver mais dados que não vão estar mascarados, e tudo isso se faz utilizando os motores de regras de processamento, estabelecidos com a parte contratada. Para finalizar, e resumir, o importante, e quero apontar, que não é apenas uma solução para o acesso, mas é um sistema que quando desenhamos, queríamos que fosse uma possibilidade de verificar as credenciais do registratários. Melhora a exatidão e acesso aos dados do WHOIS. Isto é o que tentamos melhorar e que funciona faz 20 anos, é uma oportunidade, que em lugar de colocar um adesivo ou esparadrapo, fazer um patch, o que tentamos é fazer algo que sirva também para o futuro. Como eu disse antes, e acho importante destacar, não é uma companhia que dá as credenciais para o acesso. Isso é um lugar aberto onde muitos podem participar. Se analisarmos Dneck, que tem uma

iniciativa chamada ID for me, ID for me utiliza o DNS como ancoragem de confiança, também temos outros sistemas, a mensagem da iniciativa é que vemos o potencial para que os G e o C resolvam seu problema. Não pensamos que seja uma solução apenas para ICANN e gTLDs, mas para todas as autoridades e governos, para dar acesso a todos os dados sobre base voluntária. Outro ponto importante que eu queria enfatizar, é que ela dá um marco para falar sobre a solução de privacidade e representação. Como já disse, falei de partes contratadas, não de registros e registradores, e fiz porque isso dá as bases para aqueles que fornecem privacidade e representação. Eles são os que oferecem a identidade. Esse âmbito, esse quadro, pode solucionar muitos problemas.

Quero agradecer mais uma vez por essa apresentação, e quanto ao que disse Ashley, há outros modelos. Ontem falamos com grupos e EPDP durante o almoço de trabalho, e uma das perguntas que nos fizeram é como o modelo pode ser diferente, e o que eu quero é finalizar com esses três pontos, que pensamos que o que estamos fazendo é diferente do anterior. Se algum aspecto dessa proposta foi desenhado, do ponto de vista de privacidade desde o início, fizemos com ponto de vista importante, que são as credenciais de identidade, nós achamos que isto é um lugar muito importante do mercado onde se pode

realizar isto. Queremos realizar outras SA ou identidades privadas que podem dar essa identidade que tem a ver com credenciais que podem ser confiáveis. Isso tem que cumprir com o estatuto da ICANN e o que se propõe.

No segundo ponto, credenciais de identidade digital, das quais falei, podemos utilizar DNS como ancoragem de confiança. A ideia é voltar aqui, por que estamos aqui, tentando que a ICANN seja bem-sucedida, e em terceiro lugar isso pode ser utilizado como marco potencial para falar do que é a provisão ou fornecimento de serviços de privacidade e identificação, muito obrigado por me dar a palavra.

ASHLEY HEINEMAN:

Muito obrigada, Mike. Muito obrigada, está acabado o tempo, se houver alguma pergunta, teremos a oportunidade no final da sessão para perguntas, mas isto nos permite fazer a transição para o próximo item da agenda, que contribuições esperamos do GAC. Na fase 1, fizemos um exercício para que o GAC contribuísse com suas opiniões, e vamos fazer novamente na fase 2, e observamos que fizemos muitas perguntas de difícil resposta, por exemplo, que perguntas relacionadas com políticas não estão refletidas no estatuto? Tentamos fazer uma abordagem diferente, trabalhando sobre uma versão preliminar, que vai ser circulada entre o GAC e para pedir comentários e feedback, e

queremos propor que tentem estabelecer um nível de conversa, porque na fase 2, há mal-entendidos entre as diferentes partes interessadas, que cria confusão de tempo para entender o que a outra parte quer. Há sentimentos muito fortes sobre as intenções da outra parte neste processo, portanto aqui estamos falando de acesso, posições contra a divulgação de dados, estamos falando em divulgação de dados e acesso. Quanto ao WHOIS, falamos de acesso, mas se for sobre a perspectiva das partes contratadas, eles consideram a divulgação de dados. Portanto, vamos considerar esses dois termos, e com um grupo pequeno e seu apoio, vamos decidir como utilizar esses termos, para afastar suspeitas e especulações, para entender que talvez não tenhamos acesso a todos os dados do WHOIS como antes. O GDPR alterou essa situação e isso deve ficar claro. Agora estamos falando de um modelo de acesso unificado, não é um único modelo específico, mas um termo genérico que significa que temos um modelo simplificado com algum nível de previsibilidade que achamos que será centralizado. É outro tema que utilizamos no debate. E também, com os grupos e usuários, pelo que lembramos no passado, tínhamos três categorias de usuários, são os órgãos da lei, aqueles que se encarregam dos direitos de propriedade intelectual e profissionais de cybersegurança.

Estamos então fazendo esse exercício, esperamos que a versão preliminar informe ainda mais, e também destacamos uma situação que achamos que surgiu primeiro. Não debatemos e nem acordamos, em termos gerais, para que serão utilizadas as políticas, qual será o modelo, há uma reticência geral a que seja o mesmo modelo, talvez alguns preferem manter o status quo, um único ponto de acesso de solicitação que cada registrador particular peça acesso, são muitos acessos, centenas, e isso não seria eficiente. E aqui, o que pedimos, é que vocês considerem que quando o GAC estiver participando das discussões, o GAC deveria considerar um modelo unificado e centralizado. Seria essa a base para identificar as políticas que serão elaboradas. Depois, identificamos um assunto que exigirá mais discussão, mais esclarecimentos, e por outra parte, nós temos aqui essa versão preliminar, queríamos circular antes da reunião, foi difícil, e para os outros grupos foi difícil, mas a ideia é introduzir clareza no processo, é isso, muito obrigada.

CATHRIN BAUER-BULST: Obrigada, Ashley. Um dos assuntos principais é esse dilema do que surgiu primeiro, devemos falar sobre as políticas quando ainda não temos um conceito geral de qual será o marco, isso vai ajudar a desenvolver as políticas. Em setembro do ano passado, houve publicação da ICANN sobre o modelo de acesso unificado,

em que era sugerido que deveria haver acesso centralizado de consultas dos milhares de registros, e quando alguma autoridade solicitar informação, essa informação não ficaria isolada, tentando ver o que acontecia com os registradores, que deviam dar informação sobre nome de domínio, essa não era a situação ideal. Então, em setembro, foi proposto um marco para discussão, e foram formuladas várias perguntas a serem submetidas à consideração da comunidade, com o GAC e membros da união europeia em particular. Um desses tópicos tinha a ver com possíveis grupos de trabalhos elegíveis que facilitassem acesso aos dados do WHOIS, e para a União Europeia, a Europol, força policial europeia, para tentar determinar quem é ou são essas autoridades que determinarão quando os dados estarão disponíveis e como acessar no futuro. Recebemos resposta de 22 dos 28 estados parte da união europeia, e acho que seria interessante para o GAC ver quantas autoridades precisariam de acesso.

Para que vocês fizessem um exercício similar em cada um de seus países para ver quais autoridades públicas e usuários com relação do governo poderiam solicitar acesso ao WHOIS. As autoridades, em geral, são o judicial, policial, mas existe uma lista maior. Temos ministérios, ministério do interior, de assuntos econômicos, finanças, comunicações, relações exteriores, uma

série de órgãos de cyberssegurança, agências de proteção aos consumidores, de dados, órgãos concentrados nas atividades contra a lavagem de ativos, também aqueles que precisam receber notificações de órgãos e suspeitos financeiramente, autoridades, vinculadas ao setor financeiro e cargos de infraestrutura crítica, além de infraestrutura de sistemas públicos e redes, infraestruturas críticas podem ser enormes, e autoridades que têm responsabilidades particulares, como transporte, setores de energia, e grande parte do trabalho está baseada na segurança do ponto de vista tecnológico, e fazem pesquisas, monitoram dados no WHOIS para proteger a infraestrutura que talvez não consideramos como críticas. É um relatório instrutivo, temos algumas atualizações, estados parte da União Europeia, que começaram a perceber que deviam adicionar outras autoridades que também precisariam de acesso. É um exercício em andamento e esperamos que seja de utilidade para fazermos nossas contribuições, e também mencionarmos os propósitos quando solicitamos acesso a dados, não é um acesso para o WHOIS, mas quando falamos do futuro, pensamos em quais serão os propósitos de solicitar dados. Se observamos o volume dos diferentes atores que solicitam acesso, é uma realidade que mostra por que é necessário ter uma abordagem centralizada. Muitas as instituições que participam, por isso precisamos de um acesso

centralizado. Agora, Chris Louis Evans vai falar dos diferentes grupos de usuário, governos, segurança pública, e a tarefa do EPDP de identificar grupos de usuário, e a finalidade de ter acesso aos dados do WHOIS.

CHRIS LOUIS EVANS:

Aqui, na tela, neste pequeno grupo, nós estabelecemos os propósitos, isso para mostrar o nível de detalhe que devemos obter para cumprir com GDPR e para termos um processo para essa conformidade. Começamos com as autoridades de forças das leis, e no GDPR tarefas vinculadas, talvez essas autoridades sejam as mais importantes, mas pelo que vemos nesse texto, temos definição ampla de quais são as autoridades vinculadas com os órgãos de segurança. Devemos ter cuidado com conflitos de interesse entre diferentes grupos, quando vinculamos tudo isso, pode gerar uma situação difícil, e o EPDP, propriamente dito, já provocou complicações, portanto, aqui, nesses grupos, temos uma combinação de diferentes grupos de usuários, em um único componente, o que gera demoras e confusão. Talvez, eu sei que avançamos mas houve problemas em que, por causa de interesses combinados, estabelecemos uma representação visual de como seriam esses modelos.

Tentamos criar uma representação visual de como seria esse modelo, um diagrama, um dos problemas da base legal é que

está por trás dos propósitos, talvez algumas das confusões para alcançar propósitos é que temos diferentes processos e atividades, ou ato de terceiros, de partes contratadas, como mencionei antes, que poderiam divulgar informações, o processo e as atividades também, que solicita para o caso das forças policiais, para o caso de ter sua própria base legal, seria a legislação nacional, também poderíamos pensar na base legal das partes contratadas, e não é muito bem entendido, no EPDP, e precisamos que o GAC forneça algumas informações e faça contribuições para esclarecer isso. Vamos para o próximo slide.

NÃO IDENTIFICADO:

Bom dia a todos, a maioria sabe que essa questão tem sido debatida por muito tempo, também o EDPD que começou no ano passado, em que emitimos várias recomendações, tivemos várias recomendações do GAC, algumas dessas foram tratadas na primeira fase do EPDP, outras foram deixadas para a fase seguinte, também houve a questão de soluções possíveis, quando há uma pessoa física, pessoa legal, também solicitamos possíveis limitações quando lançamos consultas sobre dados pessoais para investigação, e também houve o problema de criar ônus para as investigações, então, num último comunicado, de Kobe, nos preocupou muito como seria a segunda fase, como seria produzida a segunda fase, tínhamos um modelo na

primeira, nos disseram para esperar, algumas perguntas deveriam ser respondidas primeiro, agora chegou o momento da verdade. Estamos na segunda fase, e em Kobe, pedimos prazos e um cronograma, e na apresentação de antes, vemos que houveram atualizações preliminares, uma recomendação preliminar, com o qual o GAC respondeu e o conselho da GNSO teve que proceder com a mesma velocidade do que com a fase 1, mas vamos ver a realidade. Se observamos os prazos, o cronograma da fase 1, até a data de confusão, a equipe de revisão de implementação com o prazo de 29 de fevereiro pra implementar o que foi decidido na fase 1, veremos que agora o que estamos discutindo na fase 2 vai ser implementado daqui a um ano, um ano e meio, e que provavelmente esse seja um problema a respeito do que surgiu com várias interações da comunidade, e temos aqui um problema com o acesso de dados rejeitados para todos os serviços públicos utilizando esses dados.

Então, essa é a discussão que estamos tendo agora, com a fase 2, temos cronograma, prazos, e a discussão deveria ser se esse plano basta para os governos, se é suficiente, se podemos aceitá-lo, pensar no impacto que poderia ter nos serviços públicos utilizando esses dados. Esse é o último slide, a última palavra é do GAC, podemos abrir a discussão agora, para que todos possam opinar.

CATHRIN BAUER-BULST: Alemanha Tem a palavra.

ALEMANHA: Bom dia a todos, falo em representação do governo da Alemanha, do ministério da comunidade, e Cathrin falou sobre uma enquete realizada pela Comissão Europeia em cooperação com a Europol, e quero agradecer por essa iniciativa, porque foi muito útil. Nós percebemos que é muito difícil identificar todas as autoridades que precisam ter acesso ao WHOIS, principalmente para estados como o alemão, que é um estado federal, então temos o nível federal, estadual, e suponho que alguns países precisam incluir o nível local, onde também tem autoridades de segurança. Nós, como representantes dos governos, o que temos que fazer, se agirmos corretamente é identificar, identificamos 300 autoridades, inclusive no nível estadual, mas é fundamental atualizar permanentemente essa lista, porque tenho a impressão de que por enquanto, não podemos identificar todas as autoridades. É um trabalho contínuo que devemos fazer, atualizar a lista, mas vale à pena tomar esse tempo para isso, e encorajo o resto dos países para que também o façam.

CATHRIN BAUER-BULST: Obrigada. Quero responder e adicionar dois pontos. Estou totalmente de acordo, começamos com as autoridades, e há vários atores privados que também trabalham com as autoridades, em outro tipo de capacidade se encarregam do interesse público, e ainda não chegamos a isso. Temos 300 autoridades para um país, o que mostra a complexidade da questão. Em segundo lugar, tentamos identificar os objetivos, mais do que ter uma lista final, dizer “Se não está aqui, não pode ter acesso”, mas pode ser que hajam outras entidades com fim determinado, e que ainda não sejam identificadas, quer dizer que a lista não pode ser fechada.

Espanha, Irã e Suíça.

NÃO IDENTIFICADO: Obrigado, Cathrin, queremos fazer alguns comentários. O sistema WHOIS e o acesso aos dados de registro não públicos resultam muito significativos, porque antes do GDPR, havia um trabalho que não era bom, a Rússia queria manifestar uma preocupação sobre vários aspectos na solução proposta. Conforme essa solução, a ICANN vai ser uma companhia que vai ser responsável pelo acesso, e a ICANN, como companhia, sob jurisdição de lei estrangeira, vai ser o único ponto de entrada para dados não públicos do WHOIS. Isso não resulta aceitável, também não desenvolvimento de critérios para os terceiros

autorizados, mas esse trabalho nem sequer foi iniciado, e não fica claro como vai se ver, como vai se considerar interesse público dentro desses critérios. A organização de um centro de autorização de terceiros pelo acesso aos dados não públicos também parece levar vários riscos. De que maneira vamos nos organizar, como se distribuirá geograficamente, e como vai existir processo de distribuição de contas para eles. Ainda não há resposta sobre esse tema, também há preocupação sobre como organizar coleta de estatísticas e publicação de relatórios àqueles que solicitam os dados não públicos no que tem a ver com o processo de prestação de contas da ICANN, com que nível de generalidade vão se levar esses relatórios? A parte contratada talvez veja que é necessário falar com os titulares dos dados, dizendo que os dados foram revelados a um terceiro, e como isso pode objetar o interesse do que solicita os dados? Porque são exemplos de todas as considerações importantes que temos que considerar quando adotamos modelo proposto. Podemos ver que a sequência ou desenvolvimento dentro da equipe técnica dentro da ICANN, que propõe soluções técnicas, e depois temos que ter um procedimento operacional, e detalhes operacionais para essa proposta. Na atualidade, temos certos limites. Em lugar de gerar um conceito genérico por baixo dele, elaborar um pedido para uma solução técnica ou procedimento operacional, e os requisitos para autorização, outra coisa também é que temos

que começar a desenvolver o conceito, tentar aprovar apenas uma solução ou alternativa, obrigado.

GEORGE SALENTIS:

Quero responder algo. Alguns modelos que consideramos para além dos apresentados são modelos técnicos que nos dão a possibilidade de ver como a implementação pode ser realizada, porque, se não, as consequências políticas não ficam muito claras, mas tendo dito isso, fica claro na equipe de PDP que não é o modelo técnico que leva a política adiante, mas ao contrário. Há uma diferença entre um ponto centralizado, onde são coletados os dados, e um ponto centralizado onde a autorização para divulgação é realizada. Não se transferem dados, mas pode haver uma configuração possível onde pode ser centralizada, que possa ser realizado, e é isso que estamos discutindo no EPDP.

CATHRIN BAUER-BULST:

Obrigada, agora Espanha tem a palavra.

ESPAÑA:

Em primeiro lugar, agradeço o esforço da equipe, é um grande desafio e o trabalho que fizeram mostra que a aceitação das autoridades de aplicação da lei tem a ver com esse modelo de acesso, podem dizer o que aconteceu?

CATHRIN BAUER-BULST: Obrigada, Espanha. Nós, como comissão europeia, tentamos facilitar a integração entre a ICANN e a comunidade, e do outro, as autoridades de proteção de dados, uma das mensagens recebidas das autoridades de proteção de dados, é que não podem mostrar a forma, podem fazer comentários sobre caminhos a seguir ou ideias que temos, mas estão para mostrar ou dar um apoio legal. Temos um marco no qual agir, vamos estabelecer as normas para ver como funciona nome de domínio e como é administrado, mas se baseiam essas normas em força da lei. É isso que tem que reconhecer o GDPR e outra legislação sobre privacidade, porque se interferirmos com direitos dos indivíduos, também temos muitos exemplos na lei que falam desse tema. Precisamos então que exista legislação sobre privacidade, que proteja privacidade, mas também temos que ver do ponto de vista contratual. Temos que achar um modelo técnico que sirva para dar âmbito potencial para ver como implementar essas coisas, e verificar com as autoridades de proteção de dados. É o que fazemos para ajudar que a comunidade avance, também ajudamos a ICANN, houve diálogos muito frutíferos até agora, mas fica claro que temos que trabalhar mais antes de que possam nos dar contribuição significativa. Não sei se George quer falar.

GEORGE SALENTI: Sim, em grande parte, o que eu queria dizer, e o outro, é que as autoridades de proteção de dados são juízes finais em todas as ações. Temos o problema que até não darmos um caminho seguro para tomar, não podem fazer comentários. Temos elementos que podemos comentar, como fizemos da última vez, quando foi publicado o documento para comentários, eles fizeram comentários sobre possíveis problemas a enfrentar, e é uma questão em que autoridades de proteção de dados estão sobrecarregadas porque não é um único caso que tem para resolver. E, quanto mais estivermos preparados para analisar o que damos, maior será a resposta que eles nos deem.

CATHRIN BAUER-BULST: Obrigada. Mais alguma coisa importante? Estabelecer as expectativas. Vamos receber comentários das autoridades, mas não podem nos dar resposta vinculante. Podem nos dizer como funcionam as coisas agora, eles não veem nenhum problema, mas não significa que vão amarrar as mãos, para que no futuro, se algo não dê certo. Não existe nunca uma segurança de 100%, que vai ser aceito pelas autoridades de privacidade dos dados. Pode ser aplicado em todas as atividades. Agora, aparece Irã na lista.

IRÃ:

Muito obrigado. Como nota pessoal, dois dos representantes dos governos, acho que falaram de mal-entendido. Acho que não há, apenas uma diferença de ponto de vista, mas acho que no conceito dessa divergência, não estão de acordo em que existe um direito de acesso à um pedido de divulgação, é diferente, o pedido é diferente. Há três meses nos dedicamos à definição do direito de acesso para o titular dos dados e um pedido de terceiro para o acesso. Não existe um direito, vocês estão dando impulso ao direito, e estamos falando num direito de acesso. Michael falou isso, o titular dos dados está preocupado com que os dados obtidos possam ser acessados. Essa é a divergência existente. Temos algumas partes interessadas de um lado, e vocês de outro. Vocês têm que convencê-los, porque existe essa dificuldade do direito a acesso, podem ser os dados que se obtiverem com acesso não adequado, isso pode dar lugar à gente que não quer, então tem que resolver esse tema. Tem que convencê-los do que vocês quiserem. 3 meses dedicamos para essa definição, e é contra-produtivo dedicar tempo a esse tema. Dissemos que precisamos de política e depois modelos, e agora dissemos que temos modelos e ajustá-los a política. Temos que encontrar um ponto de conciliação. Primeiro modelo depois política, etc. Existe

a esperança de conseguir o que vocês querem, e para isso, precisamos mudar a estratégia.

Os membros do GAC têm que analisar a proposta na reunião. Eu acho que vocês não podem falar em nome do GAC, tem que consultar todos os membros do GAC, porque é um tema extremamente sensível e muito importante. A composição da equipe é que todos os membros do GAC devem participar, agora, se respondem ou não, isso é importante, e em lugar de uns com os outros, temos que ver a equipe de proteção de dados, também temos a parte técnica, a organização da ICANN, tudo tem que se reunir para conseguir alguma coisa, mas temos que dizer o que queremos, porque senão é contra-produtivo. Em um ano, um ano e meio, temos isto e acho que os debates são pouco ricos, não houve acordo, iniciativa, na reunião, o presidente escuta a direita, esquerda, etc., acho que se deve definir uma forma como vão guiar a reunião para ter maior resultado. Mais uma vez, não é mal-entendido, mas mal conceito, diferente de uma divergência. Vocês têm que convencer os outros de que o seu conceito é certo, achar uma maneira e conciliar no meio. Dizemos um de acesso e o pedido de divulgação, são duas coisas diferentes, obrigado.

ASHLEY HEINEMAN:

Obrigada pela contribuição. Quero deixar algo bem claro, estamos fazendo isso, exatamente, queremos que nossa posição

fique clara diante do grupo para que o debate seja bom. Estamos com novo presidente na fase 2, sabemos como estamos cooperando com as diferentes partes interessadas e como promover o entendimento, também estamos fazendo o melhor possível para consultar com todos. Pensamos que em circunstâncias excepcionais, estou falando em mim, eu dedico 38 horas por semana para informar ao GAC o que estamos fazendo, e cumprir os prazos. Vamos tentar melhorar e esperamos poder fazê-lo. Lamento ouvir que vocês têm preocupações, mas esperamos melhorar mais ainda o trabalho no futuro.

CATHRIN BAUER-BULST: Obrigada, Ashley. Vamos falar em nome da equipe reduzida que representa este grupo. Vocês podem entrar em contato com Fabien Betremieux, que vai adicionar vocês à lista e vocês vão ter acesso a todos os debates.

GEORGE SALENTI: Quero dizer que as deliberações do EPDP são abertas, então todos os membros do GAC que queiram seguir, podem fazê-lo. Envolve todos os países, então peço que façam.

CATHRIN BAUER-BULST: Obrigada. Tenho Suíça, depois Manal.

SUÍÇA: Quase estamos na pausa do café, então vou ser breve. Qual avaliação vocês têm do avanço realizado para cumprir com o que solicitamos em Kobe, algo que tem a ver com prazo, escopo, etc., e o que sugerem vocês para o que vamos discutir hoje a tarde no comunicado? Vocês têm o conhecimento e podem nos orientar no caso.

ASHLEY HEINEMAN: Boa pergunta, é difícil de dizer. Temos novo presidente, fazendo um trabalho fabuloso, estamos avançando gradualmente, é uma construção muito interessante, temos representação de diferentes perspectivas tentando chegar à uma resposta, então esse presidente é muito bom, muito focado na tarefa e muito capaz e com grande motivação, eu acho pessoalmente que em algum ponto, não vamos precisar de nova recomendação, e significa que essa é uma pergunta fabulosa para que todo o GAC considere.

CATHRIN BAUER-BULST: Agora Manal.

MANAL ISMAIL: Você respondeu minha primeira pergunta, eu ia perguntar sobre o texto do comunicado, como deveria ser a redação para o benefício de todos. E segundo, uma questão administrativa, vocês planejam ter uma sessão com diferentes comunidades? Pergunto isso porque nós vamos ter a nossa reunião na quinta-feira, para falar sobre as sessões intercomunitárias na próxima reunião em Montreal. Não estou pressionando você para dar uma resposta já, mas antes da quinta-feira, eu gostaria que vocês nos dessem uma resposta sobre essa questão.

CHRIS LOUIS EVANS: Sim, vamos ter uma reunião intercomunitária, um relatório também, que pensamos fazer, o relatório inicial.

IRÃ: Sim, a título pessoal, não precisamos de recomendação do GAC sobre essa questão, já fizemos a nossa recomendação, é suficiente, mas novas recomendações, não. Devemos manter recomendações já feitas.

CATHRIN BAUER-BULST: Obrigada, Kavouss. Mais alguma pergunta? Temos o café agora, e agradeço a vocês pela atenção e espero que tenham um bom dia. Obrigada.

MANAL ISMAIL: Obrigada, Cathrin.